



**UM MODELO PARA CRESCER**

**CONSELHO DE SEGURANÇA HISTÓRICO**

A Crise do Congo (1961)

**XV ONU Jr**

**CONSELHO DE SEGURANÇA HISTÓRICO**

A Crise do Congo

Alexander Pires Jr.

Bernardo Keusen

Fernando Alves

Maria Luiza Maia

Pedro Amorim

**Rio de Janeiro**

**2017**

## **1. Carta aos Delegados**

Caras/os delegadas/os,

É com um enorme prazer que lhes damos boas-vindas ao Conselho de Segurança Histórico da XV ONU Jr.! Durante os dias do evento, os senhores deixarão de ser apenas alunos: assumirão o papel de diplomatas, enviados por seus respectivos países e com a vital tarefa de debater e encontrar uma resolução efetiva e imediata para a crise que afetou o Congo na década de 60.

Em um mundo que, por milênios, foi movido por armas, sangue e guerra, a diplomacia aparentava ser um sonho remoto, alheio à realidade pelo crescente número de mortes e embates. Nesse cenário, as Nações Unidas nasceram como muito mais do que uma nova organização internacional; ela foi - e ainda é – o símbolo de uma era de paz, pautada pelo diálogo e pela cooperação. Com isso, o Conselho de Segurança, também arcando com essa responsabilidade, tem o objetivo de perseguir a paz mundial, buscando evitar novos conflitos e amenizar aqueles já existentes. Dessa forma, como delegados dessa casa, os senhores têm o dever de assegurar a missão a qual lhes é designada: zelar pela diplomacia, cooperação e dignidade das vidas em questão, tentando prolongar uma era pacífica.

Em especial, nesse comitê, os senhores se defrontarão com uma das maiores tensões da história, sucedida no Congo em meados de 1960. O país, que havia sido colonizado de maneira desumana pelo Reino da Bélgica, após sua independência, foi frustrado pela incapacidade de romper com as estratificações coloniais, não conseguindo realizar reformas ou desenvolver-se de forma autônoma. Com isso, foi desencadeada uma intensa insatisfação popular e uma crescente radicalização no país em um cenário de Guerra Fria, com grupos rebeldes e disputas de interesses entre as superpotências, que caracterizaram a maior crise já vista em continente africano. Dessa forma, depois uma infrutífera atuação da ONU na questão, espera-se que os senhores consigam solucionar esse difícil impasse pelo qual a nação congoleza enfrentou.

Vale lembrar que este guia será apenas o seu Norte, um material de estudo inicial com informações primordiais acerca do tema. Dessa forma, em prol do máximo aproveitamento da reunião, é tarefa de todo delegado analisar distintas fontes de pesquisa para estar ciente da questão

e do posicionamento de seu país. Ademais, nós, os diretores, estamos dispostos a atender quaisquer dúvidas que os senhores tenham e oferecer o suporte que necessitem antes e durante o evento.

Agradecemos pela confiança e pela escolha desse comitê e lhes desejamos uma ótima simulação,

*A Mesa Diretora*

**Alexander Pires Jr.**

**Bernardo Keusen**

**Fernando Alves**

**Maria Luiza Maia**

**Pedro Amorim**

## **2. Breve histórico das Nações Unidas**

A terminologia "Nações Unidas", como hoje conhecemos, foi primeiramente cunhada pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, usada pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas de 1 de janeiro de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, quando representantes de 26 países prometeram que seus governos continuariam lutando contra o Poderes do Eixo (United Nations, 2017).

O precursor das Nações Unidas foi a Liga das Nações, uma organização concebida em circunstâncias semelhantes durante a primeira Guerra Mundial e criada em 1919 sob o Tratado de Versalhes "para promover a cooperação internacional e alcançar a paz e a segurança". A Organização Internacional do Trabalho também foi criada sob o Tratado de Versalhes como uma agência afiliada da Liga. A Liga das Nações cessou suas atividades depois de não conseguir impedir a Segunda Guerra Mundial. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com esse objetivo, e tem no Conselho de Segurança seu maior expoente como mantenedor da paz e segurança internacional. (Idem, 2017).

Em 1945, representantes de 50 países se reuniram em São Francisco na Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional para elaborar a Carta das Nações Unidas. Esses delegados deliberaram com base em propostas elaboradas pelos representantes da China, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos em Dumbarton Oaks, Estados Unidos. A Carta foi assinada em 26 de junho de 1945 pelos representantes dos 50 países. A Polônia, que não estava representada na Conferência, assinou mais tarde e se tornou um dos 51 Estados-Membros originais. As Nações Unidas entraram oficialmente em vigor em 24 de outubro de 1945, quando a Carta foi ratificada pela China, França, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e pela maioria dos outros signatários. (Idem, 2017).

### **2.1 Estrutura do Conselho de Segurança**

De acordo com a Carta, o Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Tem 5 membros de caráter permanente (Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, a quinta República Francesa, Estados Unidos da América, União Soviética e República da China) e 6 membros não-permanentes eleitos pela Assembleia Geral das

Nações Unidas para mandatos de 2 anos, e cada membro possui um voto. Nos termos da Carta, todos os Estados-Membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho. (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2017).

O Conselho de Segurança assume a liderança na determinação da existência de uma ameaça à paz ou ato de agressão. Exorta as partes a uma disputa a liquidar por meios pacíficos e recomenda métodos de ajuste ou termos de liquidação. Em alguns casos, o Conselho de Segurança pode recorrer a impor sanções ou mesmo autorizar o uso da força para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. (Idem, 2017).

Pela Carta das Nações Unidas, o Conselho tem a sua disposição quaisquer meios que julgar necessário para a resolução de conflitos, incluindo o uso da força, pois mais que não seja do feito da Organização interferir de maneira tão decisiva como primeiro recurso diplomático. Cabe aos representantes dos países no Conselho de Segurança decidir quais meios disponíveis a eles serão usados, e de qual maneira isso se dará. O aparato jurídico da Organização prevê que os Estados são ligados juridicamente as decisões do Conselho, e, portanto, devem cooperar com a mesma, da maneira que for necessária, incluindo os esforços militares, se necessário. (UN CHARTER, 2017).

### **3. Estado Livre do Congo**

O Estado Livre do Congo tornou-se propriedade exclusiva do rei Leopoldo II, não estando vinculado necessariamente ao governo belga. O rei Leopoldo II da Bélgica procurou aquisições coloniais para aumentar o prestígio e o poder da Bélgica no tempo do expansionismo europeu na África e na Ásia. Depois de não ter conseguido adquirir colônias notáveis como as Filipinas, o Congo se mostrou como uma possibilidade viável de aquisição colonial. Em uma posição estratégica e sendo um território muitas vezes maior que a própria Bélgica, o rei Leopoldo II sabia que ele tinha que lidar com muito cuidado com essa questão e obter o reconhecimento das outras potências europeias antes que a colonização pudesse ocorrer, e para que a mesma fosse legitimada. Portanto, Leopoldo inaugurou uma campanha filantrópica afirmando que queria civilizar o Congo. Ele criou a Associação Internacional do Congo em 1879 para mostrar ao mundo que queria expulsar os escravos árabes do Congo e estabelecer o comércio livre. Por meio disso, conseguiu convencer as outras potências europeias e até ganhou o reconhecimento dos Estados Unidos. (JOHNSON, 2014).

O que o rei Leopoldo II realmente fez com a organização foi enviar Henry Morton Stanley, um famoso explorador, para traçar o Congo e pegar o máximo de terra possível. Stanley foi armado com uma força de expedição e foi ordenado subornar e intimidar os chefes, que seriam mais de 400 no total, para que eles cederam suas terras de maneira positivada, ou seja, por meio de tratados. Embora os chefes não tivessem ideia do que estavam assinando já que os tratados estavam em francês, suas assinaturas eram o que o rei precisava ter quando surgiu a questão do sorteio do território africano na Conferência de Berlim de 1884-1885. As outras grandes potências, com o entendimento de que Leopoldo queria o livre comércio na África Central, permitiram que ele tomasse o território desejado. Como nenhum grande país queria que uma grande potência rival adquirisse o Congo, Leopoldo finalmente conseguiu conquistar sua primeira grande aquisição colonial, embora sob seu próprio nome e não a da Bélgica, como já mencionado. (Idem, 2014).

Com a aprovação da Alemanha, dos Estados Unidos e das outras grandes potências, foi criado o Estado Livre do Congo, que durou de 1885 a 1908. Em vez de promover o comércio livre e civilizar o Congo como prometido, Leopoldo buscou uma rápida exploração do Congo. Para auxiliar nesta rápida exploração, foram fornecidas terras ao capital privado, principalmente empresas belgas, que no futuro viriam a desempenhar papel-chave no conflito do Congo, mesmo que não de maneira explícita, que usaram meios coercivos para maximizar os lucros. A primeira cobiça dos agentes privados e do rei foi o marfim, sendo esta a principal joia do Congo, pelo menos em um primeiro momento. (Idem, 2014).

Para extrair este novo recurso altamente valorizado, Leopoldo estabeleceu a Force Publique, uma força militar no Estado Livre do Congo, que consistiu em oficiais belgas, o que significa que soldados congolezes estavam sujeitos a atirar em seus “compatriotas” caso fosse ordenado pelos seus oficiais europeus. A Force Publique estabeleceu bases e campos de trabalho forçado para que os congolezes fossem coletar borracha selvagem, que normalmente levavam o dia todo e muitos perderam a vida subindo as árvores para cortar as veias de borracha para a seiva. (Idem, 2014).

Se as quotas não fossem atendidas, uma medida retaliatória era se cortar a mão das pessoas, como um castigo brutal caso não fosse adquirida a quantidade esperada de borracha. Além disso, um outro incentivo fortíssimo ao trabalho era o fato das mulheres de suas aldeias terem sido levadas como reféns até que eles retornassem com as cotas listadas. Devido ao assassinato em larga escala, à fome, à doença e ao esgotamento do trabalho, a população do Estado Livre do Congo passou de 20 milhões para 10 milhões. Este enorme número de mortos desestabilizou

completamente o Congo e a deixou dependente da Bélgica por alimentos e matérias-primas. (Idem, 2014).

Depois que as atrocidades no estado livre do Congo do rei Leopoldo II começaram a se tornar publicitadas, a alternativa criada foi a compra da colônia pessoal do monarca belga pelo Estado Belga, para que essa se tornasse uma colônia no estilo mais conhecido. A Bélgica anexou o Congo de 1908 a 1960, mantendo as políticas de Leopoldo e transformando o Congo em uma economia mineira, com exceção dos campos de trabalho forçado. A Força Publique ainda existia, que manteve os congolezes sob uma forte submissão à Bélgica. (Idem, 2014).

É importante notar ainda que a Igreja, que era responsável pela educação dos congolezes, como parte da missão civilizatória, também detinha certa influência, assim como a Force Publique, com o rei tentando todas as maneiras afirmar sua soberania naquele território.

### **3.1. Colonização Belga**

O Congo belga era baseado nas fundações políticas de seu rei Leopoldo II, não mudando muito suas práticas. A "trindade colonial" que agora dirigia a colônia - o Estado, o capital privado e a Igreja - havia sido posta em prática sob o Estado Livre. Na área de administração do Estado, a uniformidade era uma virtude. Todo o território foi dividido em subdivisões, como província, o distrito, o território e cada subdivisão em cada nível desse demonstrado, seria legalmente equivalente a qualquer outro. (Katanga era uma exceção marginal a esta prática, já que seu chefe era vice-governador geral do Congo Belga). Quando se instaurou o controle belga em Ruanda-Burundi, sob mandato da Liga das Nações, o território era administrado como parte de Congo Belga, também sob um vice-governador geral. (TURNER, 2007).

O setor empresarial do Congo belga era incrivelmente complexo e permitiu que os interesses das companhias privadas belgas controlassem as empresas, apesar das participações estatais e estrangeiras substanciais nessas empresas. Em Katanga e Kivu, os interesses estaduais e privados foram fundidos na forma do Comité Especial do Katanga e do Comité do Kivu, respectivamente. A abordagem belga era o desenvolvimento de recursos minerais conhecidos - o cobre da Katanga, os diamantes do Kasai, o ouro da Província Orientale, e assim por diante - através do capitalismo monopolista. Dessa maneira, apesar de não possuírem diretamente o poder político, ou o monopólio da violência, era inegável a sua capacidade de influência (Idem, 2007).

Em regiões que não possuíssem um recurso óbvio e fácil de ser adquirido, um produto foi procurado para ser desenvolvido nessas regiões, geralmente atribuído a agricultura e a lavoura.



Não só isso, como ainda havia uma tributação e um mínimo de produção necessária. Em grande parte de Kasai e Oriente, esse produto era algodão. A tributação foi usada para gerar uma necessidade de dinheiro por parte dos camponeses, dinheiro que eles poderiam obter apenas vendendo algodão para as empresas coloniais. O algodão congolês não teria sido competitivo nos mercados mundiais sem os preços muito baixos pagos aos cultivadores. Ruanda-Burundi tinha poucos minerais conhecidos e, portanto, uma cultura adequada tinha que ser impostas. Para muitos ruandeses e burundeses, isso significou café e chá.

Houve ainda programas de remoção e realocação de grupos em diversos territórios, pois os europeus consideravam algumas áreas subpovoadas e outras superpovoadas. Ruanda-Burundi é um exemplo disso, e algumas famílias dessas regiões foram forçadas a migrar para partes do Congo para melhorar, supostamente, a situação de todos, e ajudar a desenvolver o Congo (Idem, 2007).

A seguir, será brevemente exposto a estrutura social na colônia.

“A burguesia metropolitana ou imperialista, fisicamente ausente, mas economicamente e politicamente dominante no país, onde foi representada pelos altos dirigentes das grandes corporações, os escalões mais altos do aparato estatal e a hierarquia da Igreja Católica. Depois vinha a burguesia média, composta por colonos belgas e outros europeus que possuíam seus próprios meios de produção e empregavam um grande número de trabalhadores assalariados na agricultura, comércio e indústrias transformadoras. A pequena burguesia, dividida em linhas raciais, e constituída por várias frações e estratos, como as profissões liberais, cujos membros eram quase todos europeus; missionários europeus e americanos; gerentes de empresas de nível médio e funcionários estatais, todos europeus; comerciantes e artesãos europeus; lojistas asiáticos; funcionários de colarinho branco africano, seja no Estado, nas empresas ou na missão civilizatória, além de comerciantes e artesãos africanos. Havia também a classe dominante tradicional nativa, composta por reis, nobres, senhores da terra, antigos chefes guerreiros e autoridades religiosas.” (Idem, 2007).

“A classe trabalhadora, constituída pelo proletariado moderno, e composta por duas fracções distintas, uma europeia e uma africana: (i) trabalhadores brancos habilitados, empregados em cargos de supervisão nas minas e grandes indústrias e constituindo uma verdadeira aristocracia do trabalho; e (ii) trabalhadores negros, qualificados e não qualificados, constituindo o maior proletariado africano fora da África do Sul e do Egito, que foram divididos em dois estratos: trabalhadores urbanos e industriais, por um lado,

e trabalhadores rurais e agrícolas, por outro. O *lumpenproletariado*, ou esse grupo de massas proletárias sem emprego assalariado estável, constituiu a maior parte das pessoas que abandonaram a escola e os migrantes rurais viviam através de uma variedade de atividades, legais e extrajudiciais, no setor informal. O campesinato, aquela enorme massa de produtores rurais pobres de alimentos e culturas comerciais a que pertencia a esmagadora maioria da população africana era uma das mais prejudicadas.” (Idem, 2007).

“Para explorar a colônia, a burguesia imperialista "confiou no apoio e assistência de três classes de intermediários: a burguesia média, a pequena burguesia e os líderes ou chefes tradicionais". No Ruanda colonial, a empresa capitalista era menos importante que no Congo. Isso significava que a burguesia metropolitana (trindade colonial) era, para a maioria dos propósitos, um duopólio dos administradores belgas e da hierarquia católica (muitos franceses ou suíços). Os "trabalhadores africanos de colarinho branco", em particular os do setor estatal, tendem a ser retirados da "classe dominante tradicional (a nobreza tutsi)", em muito maior extensão do que no Congo.” (Idem, 2007).

### **3.2. Início da Crise Política e Processo de Independência**

Após a Segunda Guerra Mundial, as autoridades coloniais e as empresas privadas começaram a considerar o trabalho congolês como um recurso a ser desenvolvido e cultivado, e algumas das mais duras práticas trabalhistas foram abolidas. A educação básica foi incentivada, e o governo colonial subsidiou muitas escolas missionárias, entretanto, o objetivo não era desenvolver sua colônia ou tentar torna-la mais escolarizada, mas preencher as mão-de-obra com um pouco mais de espaço, tipo cargos administrativos, e não se tinha universidade até 1954. Além disso, o contato com os africanos de outras colônias era considerado perigoso. Como consequência, poucos congoleses foram autorizados a viajar fora da colônia até a Feira Mundial de Bruxelas de 1958, quando o governo belga, ansioso para exibir suas boas obras na colônia, trouxe centenas para a Bélgica. (BOBB; KISANGANI, 2010).

Os congoleses foram proibidos de formar organizações políticas, mas no início da década de 1950, eles começaram a formar associações de ex-alunos e grupos de cunho político baseados na

sua étnica. Os trabalhadores congolese também começaram a se organizar, exigindo oportunidades de remuneração e avanço equivalentes às concedidas aos trabalhadores expatriados. Alguns congolese começaram a avançar em seus pontos de vista em periódicos locais. Estes foram avidamente lidos pela elite urbana congolese. Eles foram tolerados em sua maior parte pelas autoridades que sentiram que sua audiência era muito pequena para a questão. Essas atividades foram encorajadas por missionários e líderes políticos belgas "progressistas" que argumentaram que os congolese deveriam se preparar para assumir o controle de seu país um dia. No entanto, as atividades foram opostas por outros líderes belgas e muitos administradores coloniais que sentiram que eram prematuros. Por exemplo, um relatório no final da década de 1950 que sugeriu independência pode ser possível em 30 anos foi considerado ousado. (Idem, 2010).

Os eventos começaram a avançar rapidamente em 1958, seguindo a oferta de autonomia do presidente francês, Charles de Gaulle, às colônias da França, em meio à guerra com a Argélia, e a convocação da Conferência Popular Africana, realizada na recém-independente Gana, ao qual seu novo presidente viria influenciar muito a identidade africana e várias pessoas dentro da Angola e toda África. Vários líderes congolese, incluindo Patrice Lumumba, participaram da conferência de Accra e, após seu retorno, começaram a se dirigir abertamente para a independência. Durante uma manifestação em Leopoldville em 4 de janeiro de 1959, um confronto com as forças de segurança entrou em erupção na violência que levou a duas semanas de tumultos. O governo belga, em um esforço para acalmar as emoções, ofereceu-se para avançar em formas limitadas de governo autônomo na colônia, e as eleições foram realizadas para os conselhos locais em dezembro desse ano. A campanha para as eleições levou ao surgimento de numerosas partes, muitas delas baseadas em associações étnicas. No entanto, algumas das partes mais influentes boicotaram as eleições. Em face de uma agitação contínua, o governo belga pediu a Conferência da Mesa Redonda em janeiro de 1960 para discutir alguma forma de autonomia para a colônia. Quarenta e cinco delegados congolese de várias partes do país participaram. No entanto, eles surpreenderam a delegação belga fazendo duas demandas antes da conferência: primeiro, que uma data para a independência seja definida na conferência e, segundo, que todas as resoluções da conferência fossem vinculantes. Sob a pressão de fontes nacionais e estrangeiras, o governo belga cedeu. Como resultado, a independência foi estabelecida para 30 de junho, cinco meses de distância, e a Lei Fundamental foi preparada apressadamente para servir como uma constituição temporária para a nova nação. (Idem, 2010).

“À medida que a independência se aproximava, a atividade política floresceu e mais de 200 partidos políticos se formaram. As tentativas de formar partidos de base nacional se derrubaram sobre as tensões étnicas e os conflitos de personalidade, e as coalizões maiores se fragmentaram. As tensões étnicas degeneraram em combates nas províncias de Kasai e Katanga, causando fricção nos partidos políticos e nas fileiras do exército. As eleições foram realizadas em maio de 1960. Como nenhum partido político recebeu uma maioria na câmara baixa, as coalizões políticas eram necessárias para formar o primeiro governo. Os legisladores chegaram a um compromisso através do qual Patrice Lumumba, líder do Mouvement National Congolais (MNC) e Joseph Kasavubu, líder da Alliance des Bakongo (ABAKO), se tornaram o primeiro-ministro e o presidente, respectivamente. A eleição de Kasavubu para a presidência terminou falar de secessão na ABAKO fortaleza de Bas-Congo, mas partidos do sul, em particular a Confederação das Associações Tribais do Katanga (CONAKAT), liderada por Moïse Tshombe, deixou Leopoldville com raiva de sua relativamente pequena representação no governo Lumumba.” (Idem, 2010).

## **4 – Situação atual**

### **4.1 Katanga e Kasai do Sul**

A Crise do Congo se inicia em meados de 1960, logo após a independência da República Democrática do Congo. Após a conquista independência, foram feitas eleições em que Patrice Lumumba foi eleito primeiro-ministro do Estado recém-independente. No entanto, esse resultado não agradou parte da população, pois Patrice, além de se alinhar com valores como o pan-africanismo e anti-imperialismo, dava indícios de que fortaleceria as relações com os países comunistas. Dentro dessa insatisfação, destacaram-se Katanga e Kasai do Sul, duas províncias que se declararam independentes em resposta ao novo governo.

Katanga é uma província da República Democrática do Congo que proclamou a independência em 11 de julho de 1960 como resposta ao novo governo congolês sob a liderança de Moïse Tshombe, líder do partido CONAKAT (Confédération des Associations Tribales du Katanga), que foi presidente de Katanga entre 1960 e 1963. Tshombe era um líder cristão, anticomunista e pró-ocidental, e era conhecido por ser próximo de empresas e indústrias belgas que extraíam recursos como cobre, ouro e urânio. Países como Estados Unidos, Reino Unido e

Bélgica apoiaram a causa. O movimento recebeu tropas e treinamento militar do exército belga, além de contar com o recrutamento de mercenários.

Menos de um mês depois da independência de Katanga, em 14 de junho, surgiu-se outro movimento separatista. Liderado por Albert Kalonji, opositor do mesmo partido de Lumumba. Apesar de ser muito menor, a região de Kasai do Sul, também era um polo muito importante de mineração. Diferentemente de Katanga, o movimento de Kasai nunca chegou a declarar total independência. O movimento teve apoio da Bélgica e de pessoas influentes como jornalistas, políticos e intelectuais, mas, no entanto, não conseguiu manter-se por muito tempo, acabando ao fim do mesmo ano.

Dias após a declaração de independência feita por Katanga, o primeiro-ministro congolês enviou uma carta para as Nações Unidas solicitando assistência militar urgente pelo fato de que o governo central não tinha recursos suficientes para manter a ordem, principalmente após o apoio militar belga. Moise Tshombe, por sua vez, exigiu o reconhecimento de Katanga como Estado independente por parte da ONU e declarou que qualquer intervenção seria respondida de forma violenta.

Como resposta ao pedido de Patrice Lumumba, as Nações Unidas enviaram tropas ao território congolês em 14 de julho de 1960 e ainda adotaram a Resolução nº 143<sup>1</sup> do Conselho de Segurança, que proibia a presença de tropas belgas na região. No entanto, o Secretário Geral da ONU interpretou Katanga como um problema interno que deveria ser resolvido pelo governo congolês e impediu que as tropas atuassem na região. Essa tentativa falhada fez com que Lumumba enviasse seu próprio exército em uma excursão feita com veículos soviéticos à Katanga que falhou.

Joseph-Desiré Mobutu, Chefe das Forças Armadas do governo de Lumumba, pressionado por diversas fontes, principalmente daqueles que financiaram os custos militares, após a derrota militar, tomou o poder ao acusar o primeiro-ministro de se alinhar com o comunismo. Em setembro de 1960, ele foi oficialmente retirado do poder e preso com o apoio de países como Bélgica e Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/143\(1960\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143(1960))

Em 17 de Janeiro, Lumumba foi torturado e executado. Movidos pela morte do líder congolês, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução nº 161<sup>2</sup>, que autorizava o uso da força por partes das tropas da ONU e exigia a retirada de tropas belgas. A partir desse momento, a força das tropas da ONU na região de Katanga foram gradativamente aumentando até que, em janeiro de 1963, o movimento separatista é derrotado e a província de Katanga volta a fazer parte do Congo.

## **4.2 Atuação da ONU**

A atuação da ONU se iniciou quando o primeiro-ministro congolês, em resposta a independência de Katanga, pediu ajuda do órgão. O movimento separatista das duas regiões mais ricas da República Democrática do Congo levantou problemas que o estado central não conseguia resolver.

O primeiro-ministro, Patrice Lumumba, pediu ajuda às Nações Unidas, inicialmente para ajudar a pôr o país em ordem e expulsar as forças belgas que tinham sido enviadas para ajudar o exército de Katanga. Lumumba tinha a intenção de usar as forças da ONU para pôr fim ao separatismo de Katanga e do Kasai do Sul. Através da Resolução nº 143, que permitia o envio das tropas da ONUC (Organização das Nações Unidas no Congo), as Nações Unidas iniciaram a sua participação na Crise do Congo, embora logo desde o início houvesse críspação entre Lumumba, que queria usar as tropas para subjugar o Katanga, e o Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarsköld, que não queria envolver a ONU num assunto interno do Estado do Congo.

O fracassado projeto de utilizar forças da ONU fez com que Lumumba recorresse à ajuda dos soviéticos. Depois de uma investida fracassada do exército congolês, uma série de fatores levou à queda e depois à execução do primeiro-ministro. Depois da morte de Lumumba e das sucessivas críticas, especialmente dos russos, dirigidas a Hammarsköld, nas quais se exigiu inclusive a sua demissão, as Nações Unidas decidiram utilizar a força para expulsar os soldados belgas e mercenários estrangeiros no território do Katanga e impedir uma guerra civil no país, através da Resolução nº 161.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/161\(1961\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/161(1961))

A ONUC (Organização das Nações Unidas no Congo) teve a sua primeira ação no dia 28 de agosto de 1961 com a operação Rumpunch e depois, a 13 de setembro, com a operação Morthor, ambas realizadas na região do Katanga e com o objetivo de tomar posições estratégicas e de desarmar os mercenários e os soldados belgas. Entre estas operações militares, Hammarsköld, que, entretanto, já estava “absorvido” pela Crise do Congo, voa para o Katanga a 17 de setembro de 1961, numa missão diplomática para negociar um cessar-fogo com Tshombé. Na madrugada de 18 de setembro de 1961, o avião onde Hammarsköld seguia caiu, matando todos a bordo. Após a morte do Secretário Geral, as operações continuaram e em janeiro de 1963, conseguiram obter a paz na região através da vitória sob a região de Katanga.

### **4.3. Intervenção externa**

Mesmo tendo sua independência reconhecida, em 1960, a República Democrática do Congo ainda sofreu muitos anos de influência externa por parte de outras nações, em especial do seu antigo colonizador: o Reino da Bélgica. Tal intervenção belga era nítida desde a emancipação visto que se mantinham as mesmas instituições coloniais, tendo a necessidade de ter descendentes belgas como peças administrativas visto que o ensino superior, durante a época colonial, era limitado aos negros, que passaram a depender dos brancos e sua formação técnica especializada e qualificada. Ademais, as esperanças congoleesas de mudanças sociais foram frustradas pela manutenção da ordem social colonial que também era uma forma de assegurar a influência do reino na antiga colônia (ZEILING, 2008).

Frente à ausência de mudanças e da perpetuação belga na região africana, os nativos ordenaram diversos ataques aos brancos presentes do Congo: oficiais brancos foram atacados, propriedades brancas saqueadas, mulheres brancas estupradas. Mesmo com tentativas do governo central, centrado nas figuras de Patrice Lumumba (primeiro-ministro) e Joseph Kasavubu (presidente), de parar as revoltas, os negros não interromperam os ataques, movidos pela indignação de serem oprimidos em sua própria terra. Essa situação foi o pretexto necessário para a formação de uma milícia branca que policiaria os negros e para uma intervenção belga mais direta na região (GONDOLA, 2002).

Assim, em julho de 1960, a Bélgica, sem a permissão do Estado congolês, implantou operações envolvendo paraquedistas em Kabalo e outros locais, alegando que tinham o intuito de proteger os civis brancos que estavam fugindo do Congo e se deslocando para países vizinhos

como refugiados frente aos ataques de nativos. A reação do governo a essa atitude foi o primeiro sinal de ruptura entre o presidente e o primeiro-ministro: enquanto Kasavubu aceitava a operação de proteção, Lumumba passou a incentivar fortemente os congolese a irem contras as forças belgas (Idem, 2002).

Em sequência, a pedido de Kasavubu, houve o evacuamento de civis brancos pela Marinha Belga no dia 11 de julho, na região de Matadi. No entanto, após a retirada, os navios da Bélgica bombardearam a cidade, matando alguns civis. Esse evento desencadeou a intensificação da onda de ataque aos brancos pelos nativos, culminando na entrada de tropas belgas entraram em várias regiões do país, que entraram em conflito com as tropas congolese (Idem, 2002).

Ademais, também se pôde observar uma influência belga no país nas regiões separatistas de Katanga e Kasai do Sul. Mesmo sem haver qualquer reconhecimento diplomático do Reino da Bélgica, estipula-se que empresas de mineração presentes nas respectivas regiões, que incentivaram e apoiaram, tanto financeiramente quanto militarmente, os movimentos separatistas, eram detidas por companhias belgas, muito próximos ao governo da Bélgica (NUGENT, 2004).

Além do antigo colonizador, outros países que exerceram uma forte influência na região africana foram os Estados Unidos e a União Soviética. Desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA expressavam muito interesse nos recursos minerais congolês, utilizando inclusive o urânio para seu programa nuclear na época. Da mesma forma, com o desenvolvimento da Guerra Fria, as riquezas minerais do Congo chamaram a atenção da URSS, consolidando um interesse substancial das superpotências em relação ao país (BORSTELMANN, 1993).

No entanto, uma atuação mais direta e palpável das nações na região foi observada após a chegada da ONU, em 1960. A negativa do secretário geral da ONU ao pedido de Lamumba, para que as missões enviadas pela organização atuassem como repressoras dos movimentos separatistas, fez com que o primeiro-ministro recorresse diretamente aos pólos da Guerra Fria para auxiliá-lo. Primeiramente, o governo de Eisenhower também negou ajuda, apoiando as limitações da ONU em relação à atuação das missões no país. Posteriormente, ele recorreu á URSS que se prontificou a enviar apoio bélico, logístico e material para apoiar o governo central congolês (ZEILING, 2008).



Dessa forma, foi observada uma significativa atuação do exército nacional congolês (*Armée Nationale Congolaise* – ANC) com apoio soviético ao lançar fortes ofensivas contra Kasai do Sul. Também houve um envolvimento dessas forças armadas em lutas internas de grupos étnicos, como o caso do Baluba e Bena Lulua, resultando em grandes massacres de civis por parte da ANC em Luba (Idem, 2008). Essa movimentação e aliança soviética com Lambumba alarmaram, não só, os EUA, que passou a enxergar Lumumba como comunista e a preocupar-se com uma possível expansão da URSS na África, como também o próprio presidente Kasavubu (TURNER, 2007).

#### **4.4. Desintegração política e o desenrolar da crise**

A aliança entre Lumumba e os soviéticos não só alarmava os Estados Unidos, como também provocou dissidências internas. Existia uma forte pressão ocidental, principalmente norte-americana, para retirá-lo do poder, havendo um suporte interno para que Kasavubu assumisse o poder já que ele adotaria uma postura mais moderada e federalista em contraste com o radicalismo e centralismo de Lubumba (NZONGOLA-NTALAJA, 2007).

Orquestrando essa mudança, em setembro de 1960, Kasavubu tomou, unilateralmente, a decisão de demitir Lumumba em rádio nacional. Tal atitude foi justificada pelo presidente como medida de proteção após os ataques em Kansai do Sul e ainda apontou a promessa de suporte americano a essa decisão. Mesmo assim, Lumumba, seu partido, o MNC-L, e o Parlamento não aceitaram essa demissão, configurando o aprofundamento de uma crise institucional no país (Idem, 2007).

Em meio a esse caos, o coronel Joseph-Desiré Mobutu, chefe do ANC, ordenou uma movimentação em setembro de 1960 para remover Kasavubu e Lumumba de seus cargos de poder. Eles, então, foram substituídos por um colegiado de comissários-gerais sob liderança de Justin Bomboko. Mobutu também emitiu uma ordem para saída dos militares e dos comissários soviéticos do país, tendo total controle efetivo das forças armadas e garantindo a fidelidade de peças-chaves nesse contexto. O coronel apontou que todas essas medidas seriam necessárias para um “tempo para reflexão” em que o país pudesse definir seus rumos. No entanto, isso foi, na prática, uma maneira de afastar Lubumba, apreendido em prisão domiciliar, e de aumentar a participação do coronel na política do país (Idem, 2007).

Simultaneamente, a não concordância de alguns grupos políticos em relação a atitude de Kasavubu levou ao deslocamento de membros do MNC-L em direção a Stanleyville. Lá, sob

liderança de Antoniei Gizenga, um governo rebelde foi formado em oposição ao governo central no final de 1960 (Nugent, 2004). Essa organização chegou inclusive a ser reconhecida como oficial por alguns países como a URSS e a China (HASKIN, 2005).

Foi para essa região que Lubumba, em busca de apoio, se direcionou ao fugir de sua prisão domiciliar. No entanto, ele foi capturado por forças leais a Mobutu, repercutindo na comunidade internacional. A ONU clamou para que houvesse um devido processo legal no julgamento do ex-primeiro-ministro; mesmo assim, a União Soviética alegava que a organização estaria por detrás da prisão, requisitando a libertação imediata de Lumumba, a restauração do governo congolês e o desarmamento das forças de Mobutu. Tais pontos foram pauta de uma reunião do Conselho de Segurança em dezembro de 1960. Entretanto, não foi aprovada uma resolução “pró-Lumumba” e ele foi mantido em cativeiro, torturado e deslocado pelo país até sua morte, em janeiro de 1961, quando foi executado por tropas de Katanga (ZEILIG, 2008). Essa situação gerou grande revolta internacional, havendo alguns protestos violentos e ataques a embaixada belga na Iugoslávia após a divulgação em fevereiro daquele ano (HASKIN, 2005) (BBC (1), 2005).

Em fevereiro de 1961, Mobutu nomeou Kasavubu como presidente novamente. Nesse mandato, houve grandes tentativas de aproximação entre as diferentes regiões congolêsas, buscando barrar a separação do país e preservar a integridade congolêsas em um “Congo confederado”. A partir dessas negociações, foi formado um novo governo, em julho de 1961, sob o comando de Cyrille Adoula como primeiro ministro. Foram reunidos deputados de distintas regiões do país no Parlamento, como foi o caso de Kasai do Sul. No entanto, mesmo assim, os acordos com a região separatista de Katanga foram frustrados, não havendo ainda um governo que conseguisse contemplar os diversos desejos e planos de Estado espalhados pelo país (NUGENT, 2004).

Mais um capítulo dessa crise foi marcado pela morte do secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld, característico pela crença no diálogo e postura moderada, particularmente, no conflito no Congo. Em setembro de 1961, quando ele estava em uma viagem para negociar o cessar-fogo entre as tropas da ONU e as forças de Katanga, seu avião caiu antes de aterrissar, ocasionando a morte de todos que estavam a bordo. Logo, ele foi substituído por U Thant que aderiu a uma postura mais radical, apoiando um envolvimento mais direto no conflito, o que intensificou

o fogo na região. Ademais, o assassinato de pilotos da ONU em novembro de 1961 reforçou a necessidade de a comunidade internacional voltar-se e resolver a questão (BOULDEN, 2001).

## **5. Políticas Externas**

### **República Árabe Unida**

A República Árabe Unida defende ser necessária uma reconciliação interna no Congo para que se atinja a estabilidade no país. A delegação adota como prioridade o fim das dissidências internas e do caos político para que a balança legítima de poder seja restabelecida no país e, assim, a crise possa vir a ser resolvida. Sabendo-se que a RAU reconheceu o governo de Stanleyville como o legítimo governo do Congo, pretende na reunião garantir sua representatividade em negociações políticas no país para servir de contrapeso para com o governo de Leopoldville, que é visto como um fruto de influência externa ocidental, em tentativas de se formar um parlamento comum para governar o país. Ademais, a RAU se preocupa com a integridade territorial da República do Congo, não reconhecendo o movimento separatista de Katanga e alegando que esse teria se aproveitado da situação caótica para, ilegalmente, tornar-se independente do país. Vale ressaltar, que, na questão congoleza, a delegação repreende a intervenção estrangeira do Congo, em especial a belga, apontando que, caso essas intervenções não cessem, a real independência e a unidade congolezas não poderão ser alcançadas.

### **Reino da Bélgica**

Devido à colonização belga na região congoleza, a relação entre os dois países é antiga e conturbada. Mesmo com a formal independência da República do Congo, a presença do Reino da Bélgica perpetuou-se no país pelo elevado número de belgas e de seus descendentes na antiga colônia, incluindo oficiais e civis. Desse modo, toda a intervenção da Bélgica na região é justificada pela proteção daqueles em território congolês em um momento de tamanha instabilidade e insegurança. A Bélgica visa, acima de tudo, ao impedimento da desordem pública no país, muito propagada pelo próprio exército congolês, e à garantia da estabilidade e da segurança que havia no Congo antes da independência. O Reino acredita ser necessária a assistência dos belgas ao país para proteger a vida de seus civis, apoiar o governo congolês e,

assim, restabelecer a ordem no Congo. Ademais, a delegação acredita ser necessária uma tentativa de diálogo com as autoridades de Katanga, observando que se deve ter cautela em relação às atitudes das Nações Unidas ao lidar com a situação. A Bélgica condena o uso da força como primeira medida pela organização, apontando que o organismo não haveria persuadido meios de conciliação e de diálogo anteriormente. Ela também reprova o tratamento desumano que muitos países e a própria ONU teriam destinando aos insurgentes, como soldados do exército de Katanga, violando seus direitos humanos.

### **Estados Unidos**

Os Estados Unidos defendem a legitimidade do governo de Kasavubu, acreditando que a prioridade na situação é a defesa da integridade territorial congoleza, mantendo as fronteiras originais e condenando as forças separatistas. O país se posiciona a favor da submissão imediata das autoridades de Katanga ao governo central do Congo para que possa haver um rápido restabelecimento da paz e da unidade no país, sendo papel da ONU e dos países membros pressionar para que esse cenário seja possível, o que implica no uso da força por parte da Operação das Nações Unidas no Congo para atingir esse fim. Os Estados Unidos também acreditam que é importante preservar a vida dos belgas no país, assumindo que mantê-los no Congo é um importante tópico ao longo da resolução da crise. Ademais, a delegação defende que se deve prevenir a interferência estrangeira militar no Congo, ao passo que ela crê na atuação dos órgãos das Nações Unidas para a resolução do problema. Em especial, o país repreende as ações militares soviéticas na região, consideradas por ele como unilaterais. Vale ressaltar que os Estados Unidos almejam, como objetivo final, um Congo verdadeiramente livre e independente, capaz de governar a si mesmo e de proteger seus cidadãos autonomamente.

### **República do Congo**

A República do Congo tem como diretrizes de seu posicionamento sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. O governo de Kasavubu defende que todo o problema de Katanga teria sido criado por estrangeiros, admitindo que a área é parte do território nacional do Congo e, portanto, não é independente. Ele aponta que a presença de europeus na região separatista é datada desde antes da independência do Congo, sendo uma manobra para manter a dominação branca na região e preservar os interesses coloniais e econômicos. Desse modo, a

delegação congoleza alega que há um forte apoio de alguns países aos separatistas, seja moral (apoio aos grupos políticos e incentivo ao desalinhamento com o governo central), seja material (fornecimento de material bélico de alto porte aos insurgentes). O país, ainda, aponta que compreende a necessidade de reconciliação, mas que a parte opositora nunca esteve aberta ao diálogo, tomando medidas extremamente ofensivas e ilegais, incluindo a declaração unilateral e inconstitucional de independência.

Em relação à atuação das Nações Unidas, o Congo critica a não atuação da ONU contra as forças separatistas e a insistência da organização em dialogar com pseudo-autoridades de Katanga, ao passo que a oposição já se mostrou fechada a diálogos. Dessa forma, o governo central congolês aprova e requisita o auxílio das Nações Unidas, desde que esse seja uma ajuda direta e uma colaboração eficiente das forças da ONU em apoio ao governo central para que ele possa combater as hostilidades das forças separatistas e pressioná-las de modo a manter a lei, a ordem e a paz pública. No entanto, esse suporte seria condicionado a alguns termos: a ajuda externa cessaria quando o governo assim desejasse; os mercenários devem ser entregues às autoridades congolezas para, assim, serem julgados; e que todos os países e organizações que estiverem apoiando o viés separatista de Katanga devem retirar seu apoio e tomar medidas para que novos suplementos não cheguem a região.

### **União das Repúblicas Socialistas Soviética**

A União Soviética teve uma maior participação no conflito por volta de 1959 e 1960. A pedido do governo congolês, Nikita Khrushchev prometeu, primeiramente, que iria acompanhar a situação, dizendo que, caso o Ocidente não parasse de intervir no Congo, a União Soviética poderia vir a proteger o país. Com a deterioração do cenário, os soviéticos enviaram suporte militar para que o governo central pudesse lutar contra as forças de oposição e foram duramente criticados. Em resposta, o governo de Moscou argumentou que suas ações não só estariam em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança, mas que elas atendiam aos pedidos do governo legítimo do Congo, soberano naquele território. A União Soviética também criticou severamente as manobras realizadas pelo governo congolês ao assassinar Lumumba e ao expulsar os soviéticos do país, direcionando seu suporte ao governo de Stanleyville. A URSS apontava que essas movimentações eram resultado da influência ocidental que visava ao atendimento de seus interesses o que, em sua visão, explica a forma como esses atos foram aceitos impunes pela

comunidade internacional. Logo a URSS discorda da Operação das Nações Unidas para o Congo ao passo que se mostra como instrumento das potências ocidentais para atender incondicionalmente o governo de Leopoldville. Assim, na conjuntura atual, a URSS crê que deve se respeitar e considerar as demandas do governo de Stanleyville em negociações políticas para que se possa estabelecer um governo central único que contemple o Congo oriental e não seja fruto de intervenção externa ocidental, mas sim de anseios regionais. Quanto a integridade territorial, a URSS condena os movimentos separatistas de Kasai do Sul e Katanga e, concomitantemente, repudia a presença estrangeira em território congolês.

### **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

O Reino Unido tem como ponto central de seu posicionamento a independência e a integralidade do território congolês, o que inclui a preservação de todas as suas províncias, incluindo Katanga. A delegação apoia o governo central do Congo (Leopoldville) e busca o fim das hostilidades o mais rápido possível. O país acredita que a prioridade deve se voltar à instauração da ordem, tanto em Katanga quanto em todo território congolês, defendendo a atuação da ONU segundo esse objetivo.

### **República Francesa**

O governo francês, ao longo do desenrolar do conflito, baseia seu posicionamento em três princípios: a soberania do Congo, sua unidade e a não interferência nos assuntos internos. A França vem oferecendo um contínuo suporte às legítimas autoridades do Congo, em especial ao presidente Kasavubu. A delegação não reconhece a independência de Katanga, defende a integridade territorial do Congo e reprecende qualquer tipo de apoio material ou moral aos insurgentes. Ela também defende a necessidade de um imediato diálogo interno entre as diferentes partes do conflito em prol da unidade do país, impedindo que a guerra civil se estenda e que as forças separatistas se aproveitem dessa fragilidade. Ademais, mesmo se posicionando contra intervenções estrangeiras em assuntos internos congolezes, a delegação francesa apoia a intervenção realizada pelas Nações Unidas devido a sua imparcialidade, acreditando que seria uma forma de proteger os civis e de oferecer apoio às autoridades centrais do Congo.

### **República da China**

A delegação chinesa oferece seu amplo apoio às legítimas autoridades do Congo, ou seja, ao governo chefiado por Kasavubu. Ademais, o país defende a integridade territorial do Congo, não reconhecendo as forças separatistas atuantes no país. A China acredita que, como uma das causas do caos na região seria a interferência externa, é importante dar fim a qualquer presença e influência estrangeira na região. Para a delegação, as Nações Unidas devem dar todo suporte necessário ao governo central, para que esse possa manter a unidade do Congo e promover a ordem e a paz no país, sendo também dever da organização impedir qualquer interferência externa na região congoleza e manter abertos canais de negociação e de conciliação para a crise. Além disso, a China condena que a ONU participe ativamente da guerra civil, devendo o organismo apenas prevenir o desenvolvimento do conflito e promover um diálogo que leve à paz.

### **Ceilão**

O Ceilão guia sua política externa pela não-intervenção e autodeterminação dos povos quanto as nações formalmente colonizadoras. Assim, pretende, na reunião do Conselho, denunciar a intervenção e influência externa no Congo como a causa principal para o início do conflito assim como para a sua duração até então. Essa intervenção, de acordo com o governo do Ceilão, se dá por interesses da ex-metrópole, a Bélgica, assim como de grandes potências econômicas que pretendem ter vantagens na região, que não teriam no caso de um governo autônomo e íntegro no Congo. Logo, a delegação de Ceilão vê a retirada de forças e contingentes estrangeiros, principalmente belgas, do Congo como uma pauta essencial para que se possa atingir uma situação estável para atingir negociações de paz frutíferas entre as partes conflitantes no país.

### **Equador**

O Equador apesar de uma situação política extremamente complicada, com trocas de governo bem próximas ao período da reunião, vem a reunião com uma posição clara: defender os interesses dos Estados Unidos da América. Apesar de o ex-presidente Velasco Ibarra ter uma posição política nacionalista, muitas vezes até mesmo taxado de esquerdista, e inicialmente ter apoiado o governo de Cuba, essas posições mudaram a partir do momento que os Estados Unidos passaram a se aproximar economicamente do país sul-americano, fornecendo os empréstimos necessários para alavancar a economia equatoriana. Por consequência, fica evidente que o Equador estará defendendo uma posição bastante similar a dos Estados Unidos, apoiando o governo de

Leopoldville, almejando a contenção dos movimentos separatistas e objetivando a restauração da paz através da atuação da ONU.

### **Libéria**

A Libéria ostenta um posicionamento de defesa da integridade, soberania e unidade das nações africanas, em especial no que tange a ex-colônias. Desse modo, defende a retirada de qualquer presença estrangeira do Congo, pois impede o desenvolvimento de um governo uno e tal presença serve como empecilho para negociações políticas para se atingir uma constituição e corpo governamental estáveis. Em contrapartida, a Libéria demonstra confiança na capacidade da Operação das Nações Unidas no Congo para criar um cenário pacífico e favorável a reconciliação entre as partes do conflito interno, tanto separatistas, como Katanga e Kasai do Sul, quanto o governo de Stanleyville. Assim, entende-se que a Libéria reconhece movimentos separatistas como ilegítimos e fruto de influências estrangeiras, em especial da ex-metrópole, e defende, na reunião, a ação das forças da ONU como meio de manter a relativa paz e ordem para que o conflito não se escale e que se possa atingir negociações de paz. Nota-se, portanto, que o uso da força não é prioridade e deve servir somente para a defesa do governo de Leopoldville para que exerça suas funções naturalmente e que a busca por um fim pacífico do conflito seja o fim das ações da ONU.

### **Chile**

O Chile vem a reunião do Conselho de Segurança em meio a um cenário controverso na América Latina, visto que em 1959 houve o sucesso da Revolução Cubana. Desde esse momento, o governo dos Estados Unidos veio se aproximando dos governos latino-americanos visando conter o avanço dos ideais comunistas sob o continente americano. Dentro dessas circunstâncias, apesar do crescimento da influência de líderes de esquerda no governo, no âmbito de política externa, o Chile permanece ligado aos interesses norte-americanos na reunião, ou seja, o país apoia o fortalecimento do governo de Leopoldville, com o fim da atuação de forças separatistas, fim da atuação soviética na região e o reestabelecimento da paz através da atuação das Nações Unidas.

### **Turquia**

A Turquia, mesmo após um forte momento de instabilidade política em seu território, com uma troca de regime no ano de 1960, permaneceu com uma posição semelhante à que tinha antes



com relação às principais pautas internacionais, se aliando as nações ocidentais e permanecendo fiel a OTAN. Com relação ao Congo, a posição turca é muito próxima à dos Estados Unidos da América, defendendo o governo central do Congo sob qualquer custo e condenando as forças separatistas e contrárias ao governo que atuam no país. Além disso, indo de acordo com uma das principais diretrizes turcas na política internacional, o país almeja cercear as pretensões soviéticas na região, havendo o interesse para que todo o suporte soviético ao governo de Stanleyville cesse. Dessa forma, a Turquia acredita que o estabelecimento da paz no país deve vir única e exclusivamente por meio das Nações Unidas através do fortalecimento do governo de Leopoldville.

### **Suécia**

Sendo um país que não se envolve diretamente em uma guerra desde 1814, a Suécia se caracterizava na primeira metade da década de 1960 por uma posição de neutralidade ante as principais pautas internacionais, evitando tomar parte na OTAN ou no Pacto de Varsóvia. Tendo isso em mente, o papel da Suécia na estabilidade da Organização das Nações Unidas é exatamente fornecer uma posição totalmente imparcial, sendo essa uma das razões pelas quais o país é tradicionalmente selecionado para enviar tropas para compor missões de paz. Por consequência, a postura sueca no comitê deve ser conciliatória, tentando não favorecer nenhum dos lados do conflito nas discussões, visando manter relações estáveis com ambos os blocos preponderantes da Guerra Fria. Contudo, a Suécia participa ativamente da Operação das Nações Unidas para o Congo enviando tropas, armamento, veículos (tanto blindados quanto aeronaves) e acompanhando a atividade do ex-secretário geral sueco, Dag Hammarskjöld. Assim, pretende, na reunião, defender os interesses da Operação como um instrumento de defesa da ordem e paz no território do Congo para pavimentar o caminho de resoluções pacíficas do imbróglio e que jamais se torne um instrumento ofensivo para combater uma guerra civil ou um conflito do gênero.

### **Índia**

Desde sua independência a Índia vem se destacando como uma das principais lideranças do Movimento dos Países Não-Alinhados, não aderindo a esfera de influência de nenhuma das superpotências da época. No âmbito internacional o país se destaca por ir contra todas as formas de imperialismo, especialmente do colonialismo, sendo favorável ao desenvolvimento autônomo

das nações. Dentro das Nações Unidas, a Índia vem exercendo esse papel, inclusive tomando parte de algumas das principais missões de paz da Organização com o objetivo de buscar a estabilidade internacional, como fez na Coreia e no próprio Congo. Devido a essas circunstâncias, o país é a favor do fim de qualquer intervenção externa no Congo que não seja conduzida pela ONU, e apoia a garantia da estabilidade do governo central do Congo para que este se desenvolva autonomamente, visto que o país foi favorável às medidas tomadas pelo Conselho de Segurança anteriormente para o país.

### **Império Etíope**

O Império Etíope comparece ao Conselho de Segurança como um membro convidado em função do envio de uma carta de sua autoria, que concerne a situação emergencial de descontrole no território congolês. Sua majestade, Haile Selassie I, se pronunciou quanto a questão e deixou pontos claros do posicionamento etíope em sua fala. De acordo com Selassie, a fim de acabar com todas as hostilidades em território congolês, reunificar a nação sob o único governo legítimo central do Congo e, em última instância, atingir a paz são necessárias duas diretrizes claras para guiar a atuação do Conselho de Segurança. Essas seriam a revisão da função da Operação das Nações Unidas no Congo, que deveria servir ao governo central do país (Leopoldville) como instrumento ofensivo para mitigar as hostilidades e capacidade destrutiva das províncias separatistas como Katanga e, como segunda diretriz, a necessidade de dar fim a presença de forças estrangeiras em Katanga, sendo elas tanto mercenários advindos de nações fronteiriças ou colônias, como a Rodésia, quanto contingentes vindouros do exército belga que se mantiveram na região. Em suma, o Império Etíope visa garantir a restauração da capacidade do governo de Leopoldville, como legítimo poder Estatal no Congo, de exercer seu poder sobre todo o território do país e o fim de quaisquer influências externas fora do âmbito das Nações Unidas no país.

## **6. Referências Bibliográficas**

- (1) BBC. **BBC ON THIS DAY | 19 | 1961: Lumumba rally clashes with UK police.** 2017. Disponível em:

[http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/february/19/newsid\\_2748000/2748931.stm](http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/february/19/newsid_2748000/2748931.stm)

Acesso em 06 set. 2017

**BBC. KATANGA: FIGHTING FOR DR CONGO'S CASH COW TO SECEDE.** Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-23422038>> Acesso em 10 jul. 2017.

BOBB, Scott; KISANGANI, Emizet **Historical dictionary of the Democratic Republic of the Congo.** 3a edição. Lanham, Md: Scarecrow Press. 2010.

BORSTELMANN, Thomas. **Apartheid, Colonialismo e Guerra Fria: Estados Unidos e África do Sul, 1945-1952.** 1993. Nova York: Oxford University Press.

BOULDEN, Jane. **Aplicação da paz: a experiência das Nações Unidas no Congo, na Somália e na Bósnia.** 2001. Westport, Conn .: Praeger.

ERDEN, Deniz. **Turkish foreign policy through the United Nations (1974).** Doctoral Dissertations 1896 - February 2014. 1908. Disponível em: <[http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2909&context=dissertations\\_1](http://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2909&context=dissertations_1)>.

Acesso em: 03 set. 2017.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **Diário de Lisboa, 13 de julho de 1960.** Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06539.077.16849>> Acesso em 10 jul. 2017.

GONDOLA, Didier. **A História do Congo.** 2002. Westport, Connecticut: Greenwood.

HASKIN, Jeanne M. **O Estado trágico do Congo: da descolonização à Ditadura.** 2005. Nova York: Algora Publishing.

HOBBS, Nicole. **The UN and the Congo crisis of 1960.** Disponível em: <[http://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=applebaum\\_award](http://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=applebaum_award)> Acesso em: 10 jul. 2017.

IANDOLO, Alessandro. **“Imbalance of Power: The Soviet Union and the Congo Crisis, 1960-1961.”** Journal of Cold War Studies.

JOHNSON, Steven. **King Leopold II exploitation of the Congo from 1885 to 1908 and its consequences.** Major Program in History in the College of Arts and Humanities. University of Central Florida. 2014. Disponível em: [http://etd.fcla.edu/CF/CFH0004661/Johnson Steven P 201408 BA.pdf](http://etd.fcla.edu/CF/CFH0004661/Johnson_Sтивен_P_201408_BA.pdf) Último acesso: 14. ago. 2017.

MAKKO, Aryo. **Sweden, Europe and the Cold War.** Disponível em: [http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/JCWS\\_a\\_00221](http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/JCWS_a_00221)>. Acesso em: 03 set. 2017.

MARTINS, Pedro. **A crise do Congo visto pela imprensa portuguesa.** Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9041/1/Tese%20Pedro%20Martins.pdf>> Acesso em 10 jul. 2017.

NUGENT, Paul. **África desde a independência: uma história comparativa.** 2004. Nova York: Palgrave-MacMillan.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. **O Congo, De Leopold a Kabila: A História do Povo.** 2007. Nova York: Palgrave.

THE NEW YORK TIMES. **KATANGA PREMIER WARNS U.N. FORCE.** Disponível em <https://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=9505EED6133EEF3ABC4951DFB166838B679EDE#>> Acesso em 10 jul. 2017.

TURNER, Thomas. **As Guerras do Congo: Conflito, Mito e Realidade.** 2007. Londres: Zed Books.

UN Charter. (2017). **Charter of the United Nations and the Statute of the International Court of Justice.** Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf> Acesso em: 06 set. 2017.

**UN Security Council.** Meeting Records.

UN. Republic of the Congo - ONUC Background. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onucB.htm>> Acesso em 10 jul. 2017.

United Nations Security Council. (2017). **United Nations Security Council.** Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/> Acesso em: 06 set. 2017.

United Nations. (2017). **History of the United Nations**. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/> Acesso em: 06 set. 2017.

ZEILIG, Leo. Lumumba: Líder Perdido da África. 2008. Londres: Haus.